

PLANO DE CURSO

Nome do Curso

Poder de Polícia na Propaganda Eleitoral

Docente

Frederico Franco Alvim

Mini currículo

Frederico Franco Alvim. Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Doutorando em Ciência Política (ULisboa). Mestre em Direito (Unimep). Especialista em Direito e Processo Eleitoral (UFG), Direito Eleitoral (UNAM) e Poder Judiciário com Ênfase em Direito Eleitoral (EJEMT). Chefe da Coordenadoria de Combate à Desinformação e do Núcleo de Cultura Democrática e Direitos Digitais do Supremo Tribunal Federal (STF). Ex-Assessor Especial e Ex-Assessor-Chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Especialista Global designado para projetos do IDEA Internacional, da International Foundation for Electoral Systems (IFES) e do Instituto Nacional Eleitoral do México (INE). Laureado com a Medalha "90 Anos da Justiça Eleitoral e do Voto Feminino no Brasil" (TSE, 2024). Vencedor do I Prêmio Nacional de Inovação da Justiça Eleitoral (TSE, 2023). Vencedor do Prêmio Acadêmico da Rede Mundial de Justiça Eleitoral (RMJE, 2025). Laureado com a Medalha do Mérito Acadêmico do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (2025). Autor e coautor obras jurídicas publicadas no Brasil e no exterior, entre as quais, "AI and Electoral Campaigns"(Willey, 2025), "Inteligencia Artificial y Campañas Electorales Algorítmicas" (CEPC, 2025), "Inteligência Artificial e Eleições de Alto Risco" (Lumen Juris, 2024), "Inteligência Artificial para eleições (mais) livres, justas e eficientes" (Lumen Juris, 2025) e "Guerras Cognitivas na Arena Eleitoral: o controle jurisdicional da desinformação" (Lumen Juris, 2024).

Link Lattes

<http://lattes.cnpq.br/7693469890505904>

Modalidade

EAD/síncrona, a ser disponibilizado também em formato assíncrono

Carga horária total

2 horas-aula

Público-alvo

Magistradas e magistrados no exercício da jurisdição eleitoral; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nos gabinetes; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nas zonas eleitorais; e estagiárias e estagiários da Justiça Eleitoral.

Número de participantes

Até 500 (aula síncronas).

Vagas ilimitadas (aula assíncrona).

Ementa

Curso voltado ao desenvolvimento de conceitos básicos relacionados ao exercício do poder de polícia no controle da propaganda eleitoral.

Justificativa

A propaganda eleitoral é um elemento chave para a preservação de integridade eleitoral. As práticas desenvolvidas nessa etapa visam afetar o comportamento dos eleitores, razão pela qual a liberdade, nesse âmbito específico, deve ser exercida em par com o princípio da legalidade, em ordem a se preservar a liberdade de sufrágio e a igualdade de condições entre os competidores. Nesse sentido, o estudo do poder de polícia é essencial para possibilitar a pronta intervenção da Justiça Eleitoral, para preservar as estruturas principiológicas e valorativas do ordenamento.

Objetivo Geral

Explicar e desenvolver conceitos básicos sobre o exercício do poder de polícia na propaganda eleitoral, incluindo a tipologia, o regramento, as limitações, as possibilidades e o dever de autocontenção.

Organização e Desenvolvimento

O curso será realizado de forma síncrona/assíncrona e a metodologia de exposição teórica e análise de situações concretas foram organizadas de forma a propiciar o protagonismo das/dos participantes, para que possam identificar as questões fundamentais relacionadas ao tema.

Material complementar

Serão disponibilizados slides aos participantes materiais complementar para aprofundamento dos estudos, com o tratamento de questões abordadas no curso.

Atuação e responsabilidade de tutoras e tutores

Promover um espaço de diálogo entre os participantes, apresentar materiais para discussão e aprofundamento sobre a matéria em debate, responder dúvidas; acompanhar as salas on-line e orientar os grupos na realização das atividades.

Atuação e responsabilidade de alunas e alunos

Participar das atividades assíncronas, observar os avisos remetidos pela coordenação, responder a avaliação do curso e comunicar à coordenação quaisquer dificuldades.

Planejamento Pedagógico

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	Metodologia	CH	Recursos	Avaliação
Desenvolver conhecimentos sobre como:	Panorama evolutivo da propaganda eleitoral e os respectivos impactos na morfologia do poder de polícia: dos	Telepresencial síncrono e	2 horas-aula	Slides e materiais informativos	Frequência no curso síncrono

1. Exercer o poder de polícia, quando couber. 2. Assegurar o cumprimento das normas que regem a propaganda eleitoral. 3. Apurar as denúncias de irregularidade realizadas pelo aplicativo Pandal, dando-lhes o devido encaminhamento.	meios físicos às formas de contato analógicas e virtuais. Previsão legal. Conceituação. Natureza jurídica. Balizas normativas para o exercício regular do poder de polícia. Incidência dos princípios da administração eleitoral. <i>Ratio essendi</i> e finalidade social. Bens jurídicos tutelados. Principiologia aplicável. Vetor interpretativo: a primazia da mínima intervenção. Critérios de justificação da intervenção. Taxonomia do poder de polícia: poder de polícia repressivo; poder de polícia preventivo; poder de polícia preparatório de responsabilização; poder de polícia estendido; poder de polícia reverso (positivo). A titularidade no entorno físico. A titularidade no entorno virtual. O tratamento quadripartite: poder de polícia e propaganda de rua; poder de polícia e propaganda analógica; poder de polícia e propaganda digital; poder de polícia e desinformação; poder de polícia e inteligência artificial. Limitações legais ao poder de polícia. Limitações jurisprudenciais ao poder de polícia. Instrumentos de coercibilidade.	assíncrono	síncronas.		
--	---	------------	------------	--	--

Avaliação de reação

Ao final do curso, as/os participantes preencherão um formulário de avaliação de reação que será usado como subsídio pela EJE/TSE para identificar o nível de satisfação em relação ao conteúdo, aos objetos de aprendizagem, à navegação e à organização da sala de aula virtual.

Crítérios para certificação

O certificado de participação no curso será emitido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral e estará disponível para download no ambiente virtual de aprendizagem. Para obtê-lo, o participante deverá assistir as videoaulas, ler os materiais e responder a avaliação de reação do curso.

Bibliografia

ALVIM, Frederico Franco. Curso de Direito Eleitoral. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

ALVIM, Frederico Franco; ZILIO, Rodrigo López; CARVALHO, Volgane Oliveira. **Guerras cognitivas na arena eleitoral**: o controle judicial da desinformação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

ALVIM, Frederico Franco; RUBIO NÚÑEZ, Rafael; MONTEIRO, Vitor de Andrade. **Inteligência artificial e eleições de alto risco**: ciberpatologias e ameaças sistêmicas da nova comunicação política. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

MINAMI, Marcos Youji; REBOUÇAS, Gustavo Machado; MOUSINHO, Shayana Sarah Vieira de Andrade. Da possibilidade de medidas coercitivas em poder de polícia na seara eleitoral. **Suffragium**, Revista Jurídica do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, v. 12, n. 12 (2021).

PIMENTEL, Alexandre Freite. **Propaganda eleitoral**. Poder de polícia e tutela provisória nas eleições. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

ZILIO, Rodrigo López. **Manual de Direito Eleitoral**. Volume único. Salvador: JusPodivm, 2024.

Anexos

Slides serão disponibilizados oportunamente.